

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

PABLO ROBERTO BARBOSA DE ANDRADE

**OS VALORES DO JUDÔ EM UM PROJETO SOCIAL: O
DESENVOLVIMENTO COMPORTAMENTAL POR MEIO DO
"CAMINHO SUAVE"**

Vitória

2023

PABLO ROBERTO BARBOSA DE ANDRADE

**OS VALORES DO JUDÔ EM UM PROJETO SOCIAL: O
DESENVOLVIMENTO COMPORTAMENTAL POR MEIO DO
"CAMINHO SUAVE"**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção de título em Bacharel em
Educação Física pela Universidade
Federal do Espírito Santo (UFES).

Orientador: Prof. Dr. Mauricio Santos
Oliveira

VITÓRIA

2023


PABLO ROBERTO BARBOSA DE ANDRADE

OS VALORES DO JUDÔ EM UM PROJETO SOCIAL: O DESENVOLVIMENTO
COMPORTAMENTAL POR MEIO DO "CAMINHO SUAVE"

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Educação Física e
Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para
obtenção do grau em Bacharel em Educação Física.

Aprovado em 21 de julho de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 MAURICIO DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Data: 26/07/2023 03:28:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Maurício dos Santos de Oliveira
Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Espírito Santo
(Orientador)

Prof. Dr. Rodrigo Leal de Queiroz Thomaz de Aquino
Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Ms. Ibsen Lucas Pettersen Pereira
Conselho Regional de Educação Física da Vigésima Segunda Região - CREF22/ES

Dedico este trabalho à Julia, minha querida esposa, e aos meus filhos, Apolo e Ariê. Quando tive medo, eles me encorajaram a seguir em frente!

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer, primeiramente, à minha esposa Julia Passos! Sempre serei grato por você ter abdicado parte de sua vida pessoal para cuidar da nossa casa e dos nossos filhos, o que permitiu que eu pudesse dedicar-me integralmente a graduação. Obrigado por estar na minha vida e ter percorrido comigo a minha jornada acadêmica, me encorajando nos momentos temerosos, sem permitir que eu desistisse de ir atrás do meu sonho. Sem ela, nada disso seria possível!

Aos meus queridos filhos, Apolo e Ariê, por serem a luz da minha vida e me darem forças diariamente para que eu permanecesse na direção certa.

Aos meus pais agradeço por sempre acreditarem no meu potencial e estarem sempre ao meu lado.

Aos Sensei Ibsen Pettersen e Sensei Djalma Pettersen por optarem em fazer a diferença na vida de seus alunos e terem me mentoreado durante toda a minha vida como judoca, compartilhado comigo saberes acerca do ensino do Judô e me incentivado a iniciar e concluir a graduação em Educação Física. A minha paixão pelo **caminho suave** deve-se majoritariamente à essa grande dupla de irmãos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Mauricio dos Santos de Oliveira, por ter me acolhido em seu laboratório e acreditado no meu potencial, não poupar palavras para corrigir, mas poupar para elogiar, ensinando-me sobre a vida como ela é: dura, mas amável.

Aos meus amigos de laboratório (NPG) por me acolherem, partilhar momentos de café e fazer-me rir nos momentos de tensão.

À minha amiga, Isabela Christ Maximo, por ter disposto do seu tempo para me ajudar durante a construção deste trabalho enquanto produzia sua dissertação.

Por fim, enalteço a mim por ter persistido e chegado até aqui apesar de todas as dificuldades impostas pela minha vida pessoal, profissional e acadêmica. Sem a minha resiliência (e ajuda de todos), eu não conseguiria.

Obrigado!

*“Somente se aproxima da perfeição
quem a procura com constância,
sabedoria e, sobretudo humildade.”*

(Jigoro Kano)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	METODOLOGIA	16
3	OS PRINCÍPIOS JUDOÍSTICOS NO ITC: POLO FEU ROSA.....	17
	3.1 COMPREENDENDO O ITC: UMA AÇÃO NO TERCEIRO SETOR	17
	3.2 PARA ALÉM DOS LIMITES DO TATAME: O JUDÔ COMO FERRAMENTA SOCIOEDUCACIONAL PARA A VIDA	20
	3.3 AS EXPERIÊNCIAS NO DOJÔ	22
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
	REFERÊNCIAS.....	26

OS VALORES DO JUDÔ EM UM PROJETO SOCIAL: O DESENVOLVIMENTO COMPORTAMENTAL POR MEIO DO "CAMINHO SUAVE"

Pablo Roberto Barbosa de Andrade

Mauricio Santos Oliveira

RESUMO

Surgido no Japão, o Judô foi idealizado e desenvolvido por Jigoro Kano a partir dos aprendizados obtidos com a prática do *Jujútsu* (jujitsu). Tendo como o seu significado “caminho suave”, o Judô tem como pilar filosófico “buscar a perfeição do ser humano” e “o aprimoramento da humanidade por meio do bem-estar de todos”. Kano pensou em dois métodos de treinamentos: o *Kata* e o *Randori*. Ambos os métodos são considerados por ele como fundamentais para o desenvolvimento dos valores judoístas. No que concerne ao *Kata*, trata-se de um sistema em que as técnicas e os movimentos são pré-estabelecidos e ambos os indivíduos sabem o que o outro fará. Já o *Randori*, pode ser considerado como uma simulação de combate real. Kano (2008) afirma que o *Randori* é o método de maior eficácia para o treinamento mental de jovens, pois o indivíduo deve estar preparado para se defender e atacar sem que as regras do Judô sejam violadas. Devido os valores judoístas, há um número expressivo de crianças e adolescentes praticantes de Judô e essa modalidade esportiva é procurada pelos seus responsáveis com o objetivo de auxiliá-los na transmissão de valores sociais e educacionais. Com o interesse de compreender de que forma os valores judoístas implementados por Jigoro Kano, criador do Judô, emergem em um projeto de inclusão social, esse estudo analisou o cotidiano dos alunos do Instituto Tiago Camilo (ITC) da cidade de Serra/ES, no bairro Feu Rosa, cujo público é composto por crianças e adolescentes. A pesquisa teve um caráter descritivo e consistiu em um relato de experiência acerca da vivência do professor em formação inicial no processo de ensino. O período de análise ocorreu entre agosto de 2022 e dezembro de 2022. A partir disso, como recorte dessa pesquisa, selecionamos um grupo específico para ser objeto de estudo do presente relato, sendo esse frequentado por alunos com faixa etária entre 9 e 12 anos de idade. A escolha do grupo justificou-se pelas características competitivas, temperamentais e individualistas apresentadas por eles e observadas

durante as intervenções. As aulas desenvolvidas no Polo Feu Rosa foram planejadas com o intuito de promover, por meio de jogos e de brincadeiras, a vivência das crianças com os fundamentos tradicionais do Judô. Após o período de atividades com o grupo, constatou-se que houve de forma significativa um avanço no que concerne o desenvolvimento comportamental das crianças, o qual foi demonstrado nas atitudes cordiais e respeitadas no final do período de análise. Sendo assim, esse relato de experiência evidencia que o Judô tem o potencial de contribuir de forma significativa na formação completa de seus praticantes, para além do âmbito físico. Em suma, as crianças aprenderam o Judô por meio de atividades que, além do componente físico, versou sobre ética, respeito, humildade e honestidade sempre valorizando o componente lúdico dos jogos e das brincadeiras.

Palavras-chaves: judô; terceiro setor; projeto social.

1 INTRODUÇÃO

Surgido no Japão, em fevereiro de 1882, o Judô foi idealizado e estruturado por Jigoro Kano a partir dos aprendizados obtidos com a prática do *Jujútsu* (jujitsu), que era uma arte marcial complexa ensinada nas escolas japonesas, entre 1603 e 1868 (KANO, 2008).

O sistematizador do Judô, Jigoro Kano, era pequeno em estatura e sofreu *bullying* quando foi enviado para uma escola em sistema de internato após o falecimento de sua mãe (CALLAN; BRADIC, 2018). Ainda de acordo com os autores, aos 14 anos ele decidiu estudar *Jujútsu*, mas apenas aos 18 anos conseguiu ter acesso a modalidade quando estava na Universidade Imperial de Tóquio¹.

Gracie e Danaher (2003) afirmam que o interesse de Kano em praticar a modalidade estava vinculado ao desejo de aprimorar a sua força e, também, se tornar mais robusto no geral. No entanto, Gracie e Danaher (2003) relatam que nesse período o *Jujútsu* estava em estado precário, o que explica a dificuldade em encontrar um local de prática. Mas, conforme os autores, Kano percebia o *Jujútsu*

¹ Atualmente denominada Universidade de Tóquio.

como uma parte importante e vital do patrimônio do Japão. Por isso, possuía o interesse de modificar e trazer de volta a sua notoriedade como parte da educação no geral.

Kano (2008) explica que o *Jujútsu* era fundamentado em técnicas que permitiam, dentre uma gama de possibilidades, arremessar o oponente, bater, chutar e apunhalar. Com o objetivo de buscar um princípio único para as técnicas de ataque e de defesa do *Jujútsu*, Kano (2008) ressaltou a necessidade do uso mais eficiente da energia mental e física, definido pelo mesmo como o "princípio da máxima eficiência".

Segundo Kano (2008), as técnicas que não eram compatíveis com o princípio criado por ele foram substituídas por outras. Ao final desse processo de exclusão e inclusão, chegou-se ao Judô da forma como é praticado e ensinado desde a fundação da Kodokan, primeira escola oficial de Judô no Japão, em 1882.

Tendo como o seu significado "caminho suave", sendo *ju*, "suave" e *do* "caminho", o Judô tem como pilar filosófico "buscar a perfeição do ser humano" e "o aprimoramento da humanidade por meio do bem-estar de todos" (KANO, 2008, p. 15). É importante ressaltar que, como professor, Kano buscou conectar o princípio da máxima eficiência com a Educação Física à época, que tinha seus principais objetivos em tornar o corpo forte e saudável, além de formar o caráter por meio da disciplina mental e moral (KANO, 2008).

Jigoro Kano pensou em dois métodos de treinamentos, sendo eles: o *Kata* que significa "forma" e o *Randori* que significa "prática livre". Ambos os métodos são considerados por ele como fundamentais para o desenvolvimento dos valores judoístas.

No que concerne ao *Kata*, Kano (2008) o define como um sistema em que as técnicas e os movimentos são pré-estabelecidos e ambos os indivíduos sabem o que o outro fará. Já o *Randori* pode ser considerado como uma simulação de combate real, no qual ambos desconhecem as técnicas que serão usadas pelo outro.

Sempre preocupado com o princípio de máxima eficiência, Kano (2008) afirma que o *Randori* é o método de maior eficácia para o treinamento mental de jovens, pois o indivíduo deve estar preparado para se defender e atacar sem que as

regras do Judô sejam violadas. Isso faz com que os alunos estejam sempre interessados, sinceros, cuidadosos e cautelosos.

Uma das formas de contribuição do *Randori* no treinamento mental, mais especificamente nas tomadas de decisões diárias dos judoístas, é exemplificada por Jigoro Kano da seguinte forma:

No *Randori*, às vezes nos defrontamos com um oponente que está fora de si em seu desejo de vencer. Somos treinados para não resistir diretamente com força, mas a jogar com o oponente até que sua fúria e sua energia fiquem esgotadas, e só então atacamos. Essa lição é útil quando encontramos na vida diária uma pessoa desse tipo. Como nenhum argumento racional funcionará com alguém assim, tudo o que podemos fazer é esperar até que ela se acalme (KANO, 2008, p. 27).

Ademais, a prática do *Randori* ensina os alunos o princípio da máxima eficiência, o qual consiste em um norteador desse método de treinamento, que versa sobre o uso controlado da força física, mostrando-os as virtudes em vencer um combate utilizando as técnicas apropriadas e não a força (KANO, 2008).

Por meio do princípio da máxima eficiência temos o chamado treinamento ético, que auxilia os praticantes que por natureza são mais raivosos a controlar suas emoções, aprendendo que a raiva é um desperdício de energia e que esse sentimento só exercerá efeitos negativos sobre si e às outras pessoas em sua volta (KANO, 2008).

Ao pensar nos princípios do Judô, Jigoro Kano preocupou-se com o bem-estar e os benefícios para todos, tendo enfoque sempre em ensinar o respeito por meio da máxima eficiência. De acordo com Kano (2008), o Judô propicia meios para que as pessoas alcancem o seu estado espiritual mais elevado, desenvolvendo seus corpos e aprendendo artes de ataque e de defesa.

A introdução do Judô no Brasil não possuiu um único fator determinante. De acordo com a Confederação Brasileira de Judô (CBJ, 2022), existiram fatores determinantes para a introdução e a difusão do Judô no Brasil, sendo eles: a vinda de professores-lutadores em 1914, especificamente, Mitsuyo Maeda e Soishiro (Shinjiro) Satake, os quais eram alunos de Jigoro Kano. Ademais, a chegada de imigrantes japoneses na década de 1920 foi um elemento importante segundo a entidade.

Os primeiros mestres, Maeda e Satake, desembarcaram em Porto Alegre no dia 14 de novembro de 1914 e vieram com o objetivo, único e exclusivo, de divulgar

o esporte, por meio da realização de demonstrações públicas e de desafios pelo país (NUNES; RUBIO, 2012). De acordo com a CBJ (2022), somente na década de 1920 chegaram ao país os primeiros imigrantes capazes de organizar a prática no Brasil. Entretanto, mesmo com essa organização prévia citada, foi após o fim da Segunda Guerra Mundial que teve início a institucionalização do esporte, com a fundação da primeira federação de Judô, em 1958, no estado de São Paulo e, posteriormente, a Confederação Brasileira de Judô em 1969 (NUNES; RUBIO, 2012).

De acordo com os dados levantados pela CBJ (2022) e veiculados pela Secretaria Especial do Esporte do Governo Federal (2019), o Brasil possui mais de 2,5 milhões de praticantes de Judô e, dentre esses, somente 85.645 são atletas federados, ou seja, uma grande quantidade dos praticantes de Judô não são atletas. Devido os valores judoístas, há um número expressivo de crianças e adolescentes praticantes de Judô e essa modalidade esportiva passou a ser procurada pelos seus

responsáveis com o objetivo de auxiliá-los na transmissão de valores sociais e educacionais por meio do esporte (PETTERSEN; ZANDOMÍNEGUE; MELLO, 2022).

Tubino (1993), ao classificar o esporte segundo as suas dimensões sociais, propôs a seguinte divisão: esporte educação; esporte de participação; e esporte de performance. O esporte tratado, como um fenômeno sociocultural, possui múltiplos significados que podem se relacionar com diferentes âmbitos, entre eles: saúde, estética, lazer, socialização, educação, entre outros (GALATTI, 2010).

No Brasil, de acordo com o Art. 3º da Lei nº 9.615 de 1998, o esporte-educação é aquele caracterizado por evitar a seletividade, a competitividade excessiva e tem por finalidade central alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo formando-o para o exercício da cidadania e a prática do lazer (BRASIL, 1998). Barbirato (2005), ao refletir sobre a relação entre educação e esporte, afirma que

[...] a educação ao se apropriar do esporte, o impulsionou em direção à sua democratização, pois, deixando de ser visto apenas como rendimento, ele pode se disseminar entre as pessoas 'comuns', sem intenções atléticas. Assim, o esporte passou a ser também responsável pelo desenvolvimento do comportamento humano, pois, através do conhecimento do seu corpo o indivíduo adquire a noção de si próprio e de suas limitações (p. 03).

Os esportes atualmente vivem o seu auge na história humana, sendo considerado um fenômeno, notoriamente solidificado na sociedade e relacionando-

se intimamente com a formação do caráter, manutenção da saúde e fomento ao patriotismo (COAKLEY, 1998, apud MACHADO; GALATTI; PAES, 2015).

No Brasil, de acordo com o Art. 217º da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais ou não formais, trata-se de um direito de cada cidadão brasileiro (BRASIL, 1988). Apesar da lei, observa-se que a promoção das práticas esportivas não é fornecida somente pelas entidades públicas, o que abre espaço para a atuação de Organizações da Sociedade Civil (OSC), comumente conhecidas como terceiro setor.

Atualmente, uma das principais leis com o objetivo de fomentar a prática esportiva no país é a nº 11.438, de 2006, a qual é conhecida como Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) (BRASIL, 2006). A LIE regulamenta a dedução no imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas dos valores repassados a títulos de doação ou patrocínio para apoiar projetos esportivos. Conforme o primeiro parágrafo do Art. 2º da Lei 11.438/2006, estarão aptos a receber os incentivos previstos na Lei os projetos destinados a promover a inclusão social por meio do esporte (BRASIL, 2006).

Segundo o relatório de gestão do ano de 2021 apresentado pela Secretaria Nacional de Incentivo e Fomento ao Esporte (SENIFE, 2021), foram captados R\$ 498.580.000,00, cujo montante de R\$ 180.910.000,00 (56,9%) foi superior à 2020. Ao todo foram apresentados 2.507 novos projetos, dos quais 1.186 (47,3%) de cunho educacional.

Os números mostram um incremento dos recursos captados, bem como um quantitativo expressivo de ações esportivas que primam cooperar para a melhora da sociedade com fomento a inclusão. E, de acordo com Kravchychyn (2014), a consolidação e a expansão dos projetos sociais no Brasil é consequência de leis infraconstitucionais

[...] que permitiram a destinação de recursos financeiros diretos e indiretos a essas iniciativas, bem como a criação do Ministério do Esporte (ME), que constituiu secretarias finalísticas para o esporte educacional e de lazer e criou o Programa Segundo Tempo (PST), que possibilitou a implantação de projetos em todas as regiões do Brasil, por meio da descentralização de recursos (p. 23).

Portanto, com a intenção de dar continuidade ao processo de formação integral do indivíduo fora do ambiente escolar, cresce o número de projetos sociais que utilizam o esporte com o objetivo de atrair crianças e adolescentes

(BARBIRATO, 2005). Barbirato (2005) afirma que o esporte apresenta em sua dinâmica uma tendência disciplinadora, dissipadora de emoções e controladora de gestos e movimentos, além de causar a paixão e a sua prática é bem aceita pelos jovens e familiares.

De acordo com o informativo veiculado pela CBJ (2013), a emitiu nota Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura considerando

[...] o judô é o melhor esporte como formação inicial para as crianças e jovens de quatro a vinte e um anos, já que promove uma educação física integral. O esporte permite, através do conhecimento e prática regular do mesmo, o aprimoramento de todas as possibilidades psicomotoras: localização espacial, perspectiva, ambidestria, lateralidade, jogar, puxar, empurrar, rastejar, pular, rolar, cair, coordenação conjunta e independente de ambas as mãos e pés, dentre outras (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ, 2013).

O Judô acompanha o avanço do esporte como aliado do desenvolvimento social do país, devido a grande quantidade de benefícios possíveis de serem alcançados. Conforme relatório de gestão apresentado pela SENIFE em 2021, dentre os 2.507 projetos sociais apresentados para serem beneficiados pela LIE, o Judô ocupava a quarta colocação entre as modalidades escolhidas para buscar a inclusão social por meio do esporte (BRASIL, 2021). Logo, é possível notar a grande procura por essa arte marcial como suporte no desenvolvimento moral das crianças e dos adolescentes.

Nesse sentido, com o interesse de compreender como um projeto social apoiado pela LIE atua tendo o Judô como meio de inclusão social, o presente estudo escolheu como objeto de análise a atuação do Instituto Tiago Camilo (ITC) na cidade de Serra/ES, no bairro Feu Rosa. E, diante do exposto, como recorte metodológico objetivamos analisar de que forma os valores judoístas implementados por Jigoro Kano, criador do Judô, emergem no cotidiano dos alunos do ITC no polo Feu Rosa, cujo público é composto por crianças e adolescentes.

O presente trabalho justifica-se pela possibilidade de permitir aos leitores uma visão intrínseca de como o Judô pode contribuir cotidianamente para a formação moral dos jovens beneficiados pelo projeto, tendo como base metodológica os valores judoístas. Apesar da crescente utilização do esporte como ferramenta de inclusão social e do aumento de OSC no país, há poucos referenciais teóricos que

tratam sobre o tema dos projetos sociais que utilizam o esporte em questão e seus valores como uma das possíveis formas de inclusão social. Dessa forma, espera-se preencher algumas lacunas existentes acerca do tema, de forma que contribua como referencial teórico para futuros estudos.

2 METODOLOGIA

O estudo de caráter descritivo se trata de um relato de experiência acerca da vivência do processo de ensino em um projeto social de Judô, o qual é oferecido pelo ITC. O período de análise ocorreu entre agosto de 2022 e dezembro de 2022.

Atualmente, com mais de 3 mil alunos matriculados e distribuídos em 18 polos de atendimento espalhados pelo país, o ITC tem o atendimento direcionado a crianças e adolescentes de 5 a 18 anos e o objetivo de incluir o Judô nas escolas públicas como disciplina complementar (ITC, 2023). Dentre os 18 polos de atendimento oferecidos pelo ITC, devido à inserção e atuação do pesquisador, o escolhido para este trabalho foi o “Polo Feu Rosa”, que tem suas atividades oferecidas dentro de uma escola municipal de ensino fundamental localizada no bairro Feu Rosa, na cidade da Serra, no Espírito Santo. O polo em questão, encerrou o ano de 2022 com o total de 121 alunos matriculados, com idades entre 5 e 12 anos, os quais distribuídos em 10 turmas diferentes, respeitando as faixas etárias e a graduações de faixa.

De acordo com a Secretaria de Comunicação do Município da Serra (2017), o bairro concentra o maior número de moradores jovens (15 a 29 anos) da cidade, seguido do bairro vizinho, Vila Nova de Colares, com 6.050 e 5.267 respectivamente. Dito isso, entende-se a estratégica localização do polo para com o objetivo de atender as crianças e os adolescentes residentes do bairro e adjacências, nos seus respectivos contraturnos escolares.

As atividades ocorreram em uma antiga sala de aula, inutilizada pela direção escolar, e que foram cedidas para que o ITC se estabelecesse. O espaço permite receber, simultaneamente, 15 alunos. Trata-se de uma quantidade estipulada para que todos possam frequentar as aulas com segurança.

Corroboramos com Pettersen, Zandomíneque, Mello (2022) no que concerne à possibilidade dos objetivos de o Judô serem alcançados por meio de brincadeiras

que reconheçam as crianças e os adolescentes como construtoras, ou seja, considerando o seu protagonismo e o seu papel ativo. Com isso, os alunos foram submetidos à cinco aulas por semana com atividades relativas ao Judô em formato de brincadeira, com o objetivo de expor os mesmos a situações desafiadoras de forma divertida sem abandonar o ensino dos fundamentos técnicos necessário para o aprendizado da arte marcial. Dessa forma, os alunos foram provocados a lidar com os desafios de forma cooperativista, embasados no diálogo entre si, no respeito mútuo e às regras estabelecidas por eles próprios.

A partir disso, como recorte dessa pesquisa, selecionamos um grupo específico para ser objeto de estudo do presente relato, sendo esse frequentado por alunos com faixa etária entre 9 e 12 anos de idade e denominada para o presente estudo como “Equipe A”. A escolha do grupo justificou-se pelas características competitivas, temperamentais e individualistas apresentadas por eles e observadas durante as aulas. Considera-se justificável a escolha do grupo tendo em vista o grande potencial de contribuir com a elucidação do questionamento norteador do presente estudo.

3 OS PRINCÍPIOS JUDOÍSTICOS NO ITC: POLO FEU ROSA

3.1 COMPREENDENDO O ITC: UMA AÇÃO NO TERCEIRO SETOR

A participação cidadã na vida pública não é um fenômeno oriundo somente do século XX. Em cada momento histórico, encontra-se participações civis significativas na vida pública. Fernandes (1994) lembra sobre o “sacerdócio universal”, proclamada pela reforma protestante no século-XVI, que deu luz à participação dos fiéis nas hierarquias sagradas. Dessa forma, apesar do grande impulso ocorrido nas décadas mais recentes, é possível encontrar iniciativas civis de grande importância na história mundial, que possuíam particularidades e formas de organização burocrática que respeitavam o contexto histórico em que estavam inseridas.

Durante o Século XX, em busca de reivindicar seus direitos, expor as carências estruturais, as insatisfações com a administração pública e procurar ações resolutivas para as necessidades coletivas de determinada população ou grupo, surge em demasia os chamados movimentos sociais (BEM, 2006). Já próximo a

metade do Século XX, com a publicação da Constituição Federal de 1946, esses movimentos tiveram meios legais para amparar suas atividades reivindicatórias. Assim, na Constituição Federal de 1946, em seu art. 158 e art. 159, observamos o reconhecimento do direito de greve com lei própria para a sua regulamentação e, também, o direito à livre associação profissional ou sindical sendo regulados por lei, mantendo sua representação legal e o exercício de suas funções sendo delegadas pelo Poder Público (BRASIL, 1946).

Ademais, para além de expor as contradições da sociedade de cada momento, Bem (2006) cita que os movimentos sociais funcionaram como guias que impulsionaram as participações dos cidadãos para formas superiores de organização e em busca de institucionalizar suas conquistas. Pode-se dizer que muitas mudanças institucionais se devem à existência dos movimentos sociais e à sua qualidade, atrelando às forças transformadoras deles (BEM, 2006).

No Brasil, a partir de 1980, com o fim da ditadura militar, há uma nova constituinte e os movimentos sociais foram impulsionados na década de 1990, referenciando-se nas conquistas oriundas das décadas anteriores (BEM, 2006). Por isso, urge a necessidade de criar órgãos organizados de reivindicações e, tal necessidade, fez com que os movimentos sociais passassem a ser reconhecidos como organizações não-governamentais, o que deu início à um terceiro participante na vida pública. Assim, conforme Bem (2006), além do estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor), surgiu o terceiro setor, integrado com essas organizações, o qual é balizado pelo discurso do “não-lucrativo”. As organizações passaram a participar da elaboração de políticas públicas e, dessa forma, descentralizaram as escolhas públicas da mão do Estado (BEM, 2006).

Em todo o território nacional, essas organizações são amparadas pela Lei 9.790 de 1999, que qualifica essas entidades sem fins lucrativos perante o poder público como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), possibilitando termos de parcerias entre a Sociedade Civil e o Poder Público (BRASIL, 1999).

Na última década, houve o crescimento exponencial de novas OSC no Brasil, comumente conhecidas como Organizações Não Governamentais (ONG) ou, popularmente, como “projetos sociais”. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020) expõe que esse aumento foi de 250.935 novos cadastros entre 2010 e

2018. E, de acordo com Falconer (1999), essas organizações surgiram na década de 1990 com a promessa de renovar o espaço público, resgatar a solidariedade e a cidadania e, também, auxiliar na superação das desigualdades, pois substituem ou complementam a ação do Estado.

Concomitantemente ao crescimento das OSC, há o aumento de investimentos feitos por atletas e ex-atletas profissionais em projetos sociais esportivos. Supõe-se que esse investimento se dá pela possibilidade de manter-se conectados ao mundo desportivo e como forma de retribuir à sociedade o sucesso conquistado em suas carreiras (GUEDES *et al.* 2006), visto que parte dos grandes atletas de sucesso advém de projetos sociais em comunidades carentes, sendo assim, uma forma de retribuir o apoio recebido nos locais onde cresceram (SINTIBREF-MG, 2021).

Dentre os diversos ex-atletas que subsidiem OSC e projetos sociais, o judoca Tiago Camilo, dono de duas medalhas olímpicas representando o Brasil, criou o ITC. Trata-se de uma OSC fundada em 2012, no bairro Paraisópolis, na cidade de São Paulo. Atualmente, o Instituto possui 18 polos, em 4 estados brasileiros, atendendo a 12 municípios. No total, segundo o ITC (2023), são mais de 3 mil alunos matriculados. Ainda de acordo com o próprio Instituto, no decorrer dos mais de 10 anos de atividades, a entidade atendeu mais de 12 mil crianças e adolescentes (ITC, 2023).

Conforme informado no sítio eletrônico do ITC (2021), o projeto tem como missão utilizar o Judô como uma ferramenta de integração e de transformação social, bem como busca despertar virtudes humanas nos alunos e prepará-los para a vida. Ademais, segundo essa OSC, por meio do Judô é possível transmitir noções de respeito, honestidade, cortesia, honra, amizade e ética para os jovens participantes das ações do projeto (ITC, 2022). Nesse sentido, de acordo com o seu estatuto social, o ITC tem como um dos seus objetivos previstos promover e fomentar a ética, a paz, a cidadania e o respeito aos direitos humanos (ITC, 2021).

3.2 PARA ALÉM DOS LIMITES DO TATAME: O JUDÔ COMO FERRAMENTA SOCIOEDUCACIONAL PARA A VIDA

A “máxima eficiência com mínimo esforço” e o “bem-estar e benefícios mútuos” são filosofias básicas do Judô que significam, respectivamente, a utilização das forças do espírito e do corpo de forma eficaz, bem como a busca de uma relação harmoniosa na sociedade em prol da cooperação objetivando a prosperidade universal (KANO, 2008; ALL JAPAN JUDO FEDERATION, 2012). Esses pensamentos filosóficos são transmitidos no ambiente do dojô e norteados pelo fato de que, para o aprimoramento das habilidades técnicas, há obrigatoriamente a necessidade de ter um parceiro de treinamento e a cooperação entre eles é primordial para que se alcance o benefício mútuo da prática. Mas, compete salientar que o impacto desses direcionamentos de Kano ultrapassa as paredes do ambiente de prática ao impactarem a vida dos praticantes como um todo.

Devido aos valores judoístas, idealizados por Jigoro Kano, os quais versam sobre buscar a perfeição do ser humano por meio do Judô e o aprimoramento da humanidade mediante o bem-estar de todos, muitas famílias procuram essa arte marcial como um meio para a formação ética e moral das crianças e dos adolescentes. A partir de seus princípios filosóficos, o Judô se apresenta como uma potente modalidade esportiva para ser desenvolvida em projetos sociais que atendem jovens em situação de vulnerabilidade social (BRANDÃO *et al*, 2016). Corroborando, dessa forma, com a iniciativa do ITC iniciar suas atividades na localidade do Bairro Feu Rosa, no município da Serra, localidade que concentra grande parte da população jovem da cidade.

Destarte, o interesse pela prática do Judô infantil pode ser justificado pelo fato de que, conforme o Comitê Olímpico Internacional (2013), o Judô é a modalidade esportiva mais completa por promover, para além do âmbito das habilidades físicas, a amizade e o respeito mútuo.

O Judô possui características disciplinadoras e ritos tradicionais baseados na cultura oriental e nas artes marciais, que implicitamente exigem respeito e cordialidade ao dojô, ao sensei e à hierarquia (TRUSZ, 2018). Ao manter na prática atual, os ritos tradicionais e orientais, o Judô mostra seu potencial de promover

melhora comportamental de seus praticantes antes mesmo do combate corpo a corpo. Há a necessidade de a criança preocupar-se com sua higiene pessoal, do judogui e do dojô. A importância de respeitar o espaço de treino, os praticantes mais antigos e mais graduados.

As aulas desenvolvidas no Polo Feu Rosa foram planejadas com o intuito de promover, por meio de jogos e de brincadeiras, a vivência das crianças com os fundamentos tradicionais do Judô. Conforme Tarouco *et al.* (2004), os jogos quando utilizados com objetivos educacionais, podem ser eficientes, pois, permitem a familiarização com as regras de forma divertida, o que facilita também a assimilação dos conhecimentos. Utilizando-se de alterações estratégicas e adaptações pontuais em determinadas brincadeiras tradicionais brasileiras, torna-se possível inserir de forma natural os valores judoístas permitindo a compreensão e a prática deles.

Os primeiros momentos de contato com as crianças foram planejados com objetivo de possibilitar caminhos de diálogos entre professor e aluno em busca de estabelecer a confiança mútua entre as partes. Assim, a organização das aulas iniciais primou pelo uso de brincadeiras de perguntas e respostas, rodas de conversas e contação de histórias pessoais. A partir disso, observou-se que era possível adentrar em assuntos mais específicos do Judô e que os alunos não estavam familiarizados, como: regras e condutas éticas, aspectos que eram necessários para que a convivência interna no dojô fosse harmoniosa.

A partir disso, as aulas foram planejadas e estruturadas procurando priorizar atividades que fossem realizadas em duplas, trios, quartetos e entre outros. Pois, de acordo com Trusz e Dell'Aglio (2010), induz as crianças a estabelecerem relações de afeto com os demais colegas objetivando mostrar a eles a necessidade de respeitar seus pares para se obter o sucesso. Ademais, dessa forma, propiciamos momentos de cooperação entre os alunos, para que dessa forma surgissem momentos em que fosse necessário renunciar aos seus orgulhos e comportamentos egocêntricos, para o bom desenvolvimento da atividade e o sucesso da equipe (TRUSZ, DELL'AGLIO, 2010).

3.3 AS EXPERIÊNCIAS NO DOJÔ

Ao iniciar a inserção gradativa dos princípios filosóficos do Judô no cotidiano das aulas, o grupo passou a comportar-se de forma resistente às regras estabelecidas e procurou formas de quebrar os acordos e regras pré-estabelecidos.

Em síntese, pouco tempo após o início das aulas, o grupo apresentou comportamentos ofensivos, os quais marcados pelo uso frequente de ofensas verbais uns aos outros e ameaças físicas durante as atividades em grupo. Diante disso, recorreremos às conversas com o grupo para rediscutir as regras estabelecidas e dialogar acerca da necessidade do respeito mútuo e sobre a importância de mantermos uma convivência harmoniosa entre todos, sempre pautados e corroborando com os princípios estabelecidos por Jigoro Kano (KANO, 2008), mais especificamente nesse caso, com o aprimoramento da humanidade por meio do bem-estar de todos.

Ao adotar a estratégia de diálogo frequente, com a interrupção das aulas imediatamente ao constatar as atitudes não condizentes com os objetivos do projeto, evitamos a utilização de punições restritivas e demos espaço para que o indivíduo ou grupo argumentasse. Destacamos que foi perceptível uma mudança positiva na forma que o grupo passou a lidar com os embates surgidos durante as aulas.

Paulatinamente, o treinamento de fundamentos técnicos passou a ser mais frequente nas aulas por meio do treinamento do *Kata* e do *Randori*. No decorrer da pesquisa, foi possível observar durante as atividades uma pré-disposição do grupo para atitudes agressivas e o uso excessivo de força, sem demonstrações de preocupação com a integridade física dos demais, o que contrariava o princípio da máxima eficiência pensado por Kano. Defronte às situações de instabilidade emocional e utilização ineficiente da força física durante as simulações de combate, adotamos a estratégia de explicarmos os princípios e benefícios de ambos os formatos de treinamento antes de retomarmos os mesmos.

Elucidamos para o grupo os fundamentos do *Kata*, com ênfase na necessidade de confiança que o colega denominado *Uke* (quem recebe a técnica) tem que ter no *Tori* (quem executa a técnica), tendo em vista a demanda de deixar o seu corpo disponível para que o colega consiga executar corretamente a técnica

durante o treinamento. Ao mesmo tempo, requer que o *Tori* tenha responsabilidade com a sua dupla de treino, respeitando e valorizando a confiança depositada nele.

Essa troca simultânea de confiança e de respeito entre as crianças se mostrou eficaz durante os treinamentos de *Randori*, pois foi possível formar duplas de diferentes composições corporais, com estatura e pesos diversificados, ocorrendo a simulação de um combate real sem ocorrência de violação das regras e/ou uso exacerbado de força física. A partir disso, verificamos que o princípio da máxima eficiência se tornou mais presente no cotidiano das crianças.

Em todas as aulas planejadas para o grupo, foram pensados diferentes momentos para que as crianças pudessem se divertir enquanto aprendiam os princípios e valores judoísticos. Assim, além do aprendizado dos fundamentos técnicos para a prática segura do Judô por meio do *Randori* e do *Kata*, jogos e brincadeiras foram utilizados. Compete salientar que, muitas vezes, as crianças não percebiam que nessas atividades trazíamos muitos ensinamentos importantes para a prática do judô e para a vida como um todo.

Dentre as diferentes possibilidades, escolhemos para exemplificar nesse estudo o “pique-corrente”, que possui como objetivo formar uma espécie de “corrente humana” em que os indivíduos formam elos a partir de um indivíduo solitário, que no caso chama-se pegador. A atividade inicia-se a partir da escolha do aluno que representará o pegador, que nesse caso, se dá de forma voluntária ou em forma de sorteio na ausência da primeira opção. Com a partida iniciada, ele terá o objetivo de pegar um colega tocando-o suavemente com as mãos, dando início a construção da corrente. Após o toque, o indivíduo precisa dar as mãos ao pegador e, a partir desse momento, passa-se a ter uma dupla de pegadores. O próximo indivíduo só pode ser pego por um membro da dupla, o qual dará a mão obrigatoriamente a quem tenha lhe tocado, formando assim, uma corrente com três elos e, assim, sucessivamente até o último participante fora da corrente. Entretanto, vale salientar que independentemente da quantidade de pessoas que integram a corrente, somente existirá dois pegadores, que estarão sempre situados nos extremos, que representam os elos abertos de uma corrente.

O “pique-corrente” foi escolhido como atividade do ITC Feu Rosa em razão da dinâmica da brincadeira requerer os seguintes aspectos: a existência de diálogo e entendimento entre os participantes; respeito às decisões tomadas pela maioria do

grupo; e companheirismo entre os membros da corrente. Há, também, uma gama de possibilidades de inserção ou de exclusão de regras novas, o que permite aos participantes a liberdade de realizarem alterações no funcionamento da brincadeira e das regras dispostas.

As regras são pensadas e/ou alteradas em conjunto, antes de cada partida ser iniciada. Algumas são específicas e, por isso, não sofrem alterações para que a brincadeira funcione seguindo uma lógica como, por exemplo, a partir do momento que tiver dois ou mais elos, a “corrente” não pode se movimentar “quebrada”, ou seja, a brincadeira só tem continuidade, desde que todos os membros da corrente estejam de mãos dadas. Dessa forma, é necessária a comunicação entre todos os elos da corrente para que ela se movimente de forma combinada e não seja rompida. Outras regras podem ser adicionadas ou retiradas, conforme entendimento e votação majoritária realizada entre os participantes. As ideias podem surgir durante as partidas e propostas antes de iniciarmos a próxima rodada, partindo de uma observação interna dos participantes para que a brincadeira se torne mais agradável, dinâmica e prática para eles.

Portanto, a partir desse exemplo supracitado, aludimos que prioritariamente procurou-se inserir nas aulas brincadeiras que fossem realizadas em duplas, trios ou grupos maiores. Com isso, o objetivo foi provocar o grupo a deparar-se com situações em que eles fossem induzidos a lidar e controlar suas emoções durante as brincadeiras. Sendo constantemente necessário conter vontades individualistas e dialogar sobre as estratégias da dupla ou grupo e acatar a decisão majoritária. Por fim, ensinar-lhes com que lidassem de forma ética com o resultado da disputa e respeitassem os seus adversários, sejam eles vitoriosos ou derrotados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as atividades com o grupo, foi possível observar progressões positivas no comportamento, diferentemente do observado nas primeiras aulas. Apesar da melhora comportamental do grupo, vale salientar que ela não seguiu um padrão progressivo, ou seja, apresentou momentos de instabilidade. Devido a isso, em determinados momentos foi necessário retomar as conversas iniciais acerca das

regras, princípios e valores da modalidade esportiva, lembrando-os do que esperávamos deles como seres humanos praticantes de Judô.

Apesar das demonstrações de progressivas melhorias apresentadas, acredito que seja importante a realização de mais estudos acerca do Judô e suas contribuições em projetos sociais que têm como objetivo promover desenvolvimento comportamental em crianças por meio do esporte, com um universo de indivíduos maior, com mais diversidade e tempo de estudo. Refletimos, também, que os resultados seriam ainda mais satisfatórios se tivéssemos mais tempo de aplicação da metodologia adotada.

Após o período de atividades com o grupo, constatou-se que houve de forma significativa um avanço no que concerne o desenvolvimento comportamental das crianças, o qual foi demonstrado nas atitudes cordiais e respeitadas no final do período de análise. Sendo assim, esse relato de experiência evidencia que o Judô tem o potencial de contribuir de forma significativa na formação completa de seus praticantes, para além do âmbito físico. Em suma, as crianças aprenderam o Judô por meio de atividades que, além do componente físico, versou sobre ética, respeito, humildade e honestidade sempre valorizando o componente lúdico dos jogos e das brincadeiras.

Ponderamos que a metodologia de trabalho adotada no polo Feu Rosa do ITC favoreceu os resultados obtidos, principalmente, ao oportunizar para as crianças uma participação no processo com direito a se expressar, ou seja, a ter voz. A oportunidade de poder opinar e debater de forma saudável sobre os passos que tomaríamos em conjunto, dando protagonismo às crianças durante as aulas e não restringindo as atividades somente ao ensino dos movimentos do esporte, mostrou-se importante no desenvolvimento integral dos alunos observado ao final do processo (RODRIGUES; MARTINHAGO; JUNIOR, 2011; PETERSEN; ZANDOMÍNEGUE; MELLO, 2022).

Por fim, corroboramos Batista e Delgado (2013) que crianças e adolescentes praticantes de Judô apresentam autocontrole, disciplina e responsabilidade, além de facilidade de adaptação, ética e respeito, o que nos mostra a importância dessa prática esportiva, tanto para formação de caráter de seus praticantes quanto para a formação integral de sua personalidade.

REFERÊNCIAS

ALL JAPAN JUDO FEDERATION. **As instruções básicas do Judô**. Tóquio, 2012.

BARBIRATO, F. R. **A socialização no contexto de projetos esportivos**: um estudo de caso na Fundação Gol de Letra. 2005. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

BATISTA, M.; DELGADO, S.C. A prática de judô em relação com o autoconceito, a auto-estima e rendimento escolar de alunos do primeiro ciclo do ensino básico. **Revista de Ciencias del Deporte**, Badajoz, v. 9, n. 3, p. 193-210, 2013.

BEM, A. S. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1137-1157, set./dez. 2006.

BRANDÃO, F. M. *et al.* Ensino de lutas para a cidadania. **Revista ELO - Diálogos em Extensão**, v. 5, n. 3, dez. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1990.

_____. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 mar. 1998. Seção 1. p. 1.

_____. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 jul. 1999. Seção 1. p. 1.

_____. Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1. p. 1.

_____. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Esporte. **CBJ compartilha experiência da Lei de Incentivo com técnicos da Secretaria Especial do Esporte**. Disponível em:

<<http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/aceso-a-informacao/institucional/2-sem-categoria/59332-cbj-compartilha-experiencia-da-lei-de-incentivo-com-tecnicos-da-secretaria-especial-do-esporte>> Acesso em: 14 nov. 2022.

_____. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Esporte. Secretaria Nacional de Incentivo e Fomento ao Esporte (SENIFE). **Relatório de gestão: lei de incentivo ao esporte**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/lei-de-incentivo-ao-esporte/SENIFERelatriodeGesto2021.pdf>> Acesso em 17 nov. 2022.

_____. Ministério da Economia. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Indicadores**. Disponível em: < <https://mapaossc.ipea.gov.br/indicadores>> Acesso em: 17 nov. 2022.

CALLAN, M; BRADIC, S. Historical development of judo. In: CALLAN, M. **The science of judo**. Nova York: Routledge, 2018. p. 7-13.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ. **História do Judô**. Disponível em: <https://cbj.com.br/historia_do_judo/> Acesso em: 14 nov. 2022.

_____. **UNESCO declara judô como esporte mais adequado para crianças**. Disponível em: <<https://cbj.com.br/noticias/2924/unesco-declara-judo-como-esporte-mais-adequado-para-criancas.html>> Acesso em: 14 nov. 2022.

FALCONER, A. P. **A promessa do terceiro setor**: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. 1999. 152 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, R. C. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Dumará, 1994.

FRANCHINI, E.; Da COSTA, L.P. Fundamentos do judô aplicados a educação olímpica e ao desenvolvimento do Fair Play. In: TURINI, M.; Da COSTA, L.P. **Coletânea de textos em estudos olímpicos**. Rio de Janeiro: [s.ed.], 2002. p.355-372.

GALLATI, L. R. **Esporte e clube sócio-esportivo**: percurso, contextos e perspectivas a partir de um estudo de caso em clube esportivo espanhol. 2010. 305 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

GRACIE, R.; DANAHER, J. Mastering jujitsu. Human Champaign: Kinetics, 2003.

GUEGES, S. L.; DAVIES, J. D.; RODRIGUES, M. A.; SANTOS, R. M. Projetos Sociais Esportivos: notas de pesquisa. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12., 2006, Niterói, **Comunicações** [...] Rio de Janeiro: 2006, 1-10.

INSTITUTO TIAGO CAMILO. **Sobre**. Disponível em: <<https://institutotiagocamilo.org.br/sobre.php>> Acesso em: 17 nov. 2022.

KANO, J. **Judô Kodokan**. São Paulo: Cultrix, 2008.

KRAVCHYCHYN, C. **Projetos e programas sociais esportivos no Brasil**: histórico, estado de arte e contribuições do programa segundo tempo. 2014. 177 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

MACHADO, G. V; GALATTI, L. R; PAES, R. R. Pedagogia do esporte e projetos sociais: interlocuções sobre a prática pedagógica. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 405-418, jun. 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIMPIADAS: medalhistas formados em projetos sociais reforçam a importância do terceiro setor. **Sindicatos dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas do Estado de Minas Gerais**. 09 de ago. de 2021. Disponível em < <https://sintibref-minas.org.br/posts/olimpiadas-medalhistas-formados-em-projetos-sociais-reforcaram-a-importancia-do-terceiro-setor>>. Acesso em: 3 de jun. de 2023.

NUNES, A.V; RUBIO, K. As origens do judô brasileiro: a árvore genealógica dos medalhistas olímpicos. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, v. 26, n.4, p. 667-678, dez. 2012.

PETTERSEN, I. L.; ZANDOMÍNEGUE, B. A. C.; MELLO, A. S. Discursos de professores de judô do Espírito Santo sobre as práticas pedagógicas para as crianças. **Journal Of Physical Education**, Maringá, v. 33, nº 1, p. 3335-3335, abr. 2022.

RODRIGUES, F. F. S.; MARTINHAGO, F.; JUNIOR, J. N. C. O. Projetos valores do esporte: relações entre o esporte e o modelo de excelência da gestão (MEG). **E-Tech: Tecnologias para Competitividade Industrial**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 1-14, jan., 2011.

SERRA. Secretaria de Comunicação. **Feu Rosa é o bairro com mais jovens na Serra**. Disponível em: <<http://serra.es.gov.br/noticias/feu-rosa-bate-recorde-em-numero-de-jovens-na-serra>> Acesso em: 26 jan. 2023.

TAROUCO, L. M. R. *et al.* Jogos educacionais. **Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, 2004.

TRUSZ, R. A. **A relação entre a prática de judô e o desenvolvimento de comportamentos socialmente competentes na infância**: a experiência dos professores do projeto bugre lucena da ESEFID/UFRGS. 2018. 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

TRUSZ, R. A; DELL'AGLIO, D. D. A prática do judô e o desenvolvimento moral de crianças. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, São Paulo, v.3, n. 2, p. 117-135, jul./dez de 2010.

TUBINO, M. J. G. **O que é Esporte?** São Paulo, SP: IBRASA, 1993.